

# GUIA PRÁTICO

## DOENÇA PROFISSIONAL - PRESTAÇÕES EM ESPÉCIE

INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P

## **FICHA TÉCNICA**

### **TÍTULO**

Guia Prático – Doença Profissional – Prestações em Espécie  
(N27 – v4.07)

### **PROPRIEDADE**

Instituto da Segurança Social, I.P.

### **AUTOR**

Instituto da Segurança Social, I.P.

### **RESPONSÁVEL**

Gabinete de Comunicação

### **CONTACTOS**



Telefone: **808 266 266** (n.º azul), dias úteis das 08h00 às 20h00.

Fax: **(+351) 272 240 900**

Estrangeiro: **(+351) 272 345 313**

Site: [www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt), consulte a Segurança Social Directa.

### **DATA DE PUBLICAÇÃO**

Julho de 2010

## ÍNDICE

A – O que é?.....	4
B1 – Quem tem direito? .....	4
B2 – Posso acumular este apoio com outros que já recebo? .....	5
C1 – Que formulários e documentos tenho de entregar? .....	5
C2 – Quando me dão uma resposta .....	7
D – Como funciona esta prestação? D1 – Quanto e quando vou receber? .....	7
D2 – Como posso receber? .....	8
D4 – Por que razões termina? .....	8
E – Outra Informação. E1 – Legislação Aplicável.....	9
E2 – Glossário .....	9

<b>A informação contida neste guia prático não dispensa a consulta da lei.</b>
--

## A – O que é?

As pessoas com *doença profissional* certificada pelo CNPRP podem pedir o reembolso das despesas destinadas a restabelecer a sua saúde e capacidade de trabalho.

### São prestações em espécie as seguintes:

- Assistência médica e cirúrgica,
- Exames e elementos complementares de diagnóstico
- Tratamentos e visitas domiciliárias;
- Medicamentos e produtos farmacêuticos;
- Cuidados de enfermagem;
- Hospitalização e tratamentos termais;
- Próteses e ortóteses (incluindo a sua renovação e reparação);
- Reabilitação e reintegração profissional e social, incluindo a adaptação ao posto de trabalho;
- Apoio psicoterapêutico, sempre que necessário, à família do doente profissional;
- Despesas de deslocação, alimentação e alojamento para diagnóstico ou tratamento de doença profissional (por exemplo, para ir a uma consulta, um tratamento ou a uma junta médica) ou comparência a actos judiciais.

Nota: Estes serviços e tratamentos são prestados por instituições especializadas e, *desde que obtenham parecer favorável dum perito médico do CNPRP*, as despesas o são reembolsadas por este Centro

### Situações em que tem direito ao reembolso das despesas

Para diagnóstico e tratamento por doença profissional em serviços Oficiais de saúde na quota-parte paga pelo beneficiário.

Se não puder utilizar os serviços oficiais e tiver autorização do *CNPRP* para usar os serviços privados;

Se precisar de se deslocar para longe da sua casa (por exemplo, para fazer um tratamento).

Se precisar de cuidados de saúde que não estão disponíveis em Portugal (tem de ter um parecer da junta médica).

## B1 – Quem tem direito?

Para receber esta compensação é preciso:

- Ter uma *doença profissional* reconhecida pelo CNPRP (com excepção dos trabalhadores da

Administração Pública, que, em caso de *doença profissional*, estão cobertos pela Caixa Geral de Aposentações).

- Ter uma declaração do médico a justificar a necessidade do tratamento, equipamento, etc. (por exemplo, antes de fazer tratamentos nas termas precisa duma declaração do médico que indique o número de tratamentos, onde devem ser feitos e se precisa de levar um acompanhante).

## **B2 – Posso acumular este apoio com outros que já recebo?**

**Pode acumular com:**

- Pensão de invalidez
- Pensão de velhice
- Incapacidade temporária (baixa) por doença profissional
- Pensões por doença profissional (Incapacidade Permanente Parcial, Incapacidade Permanente Absoluta para o Trabalho Habitual, Incapacidade Permanente Absoluta para Todo e Qualquer Trabalho)

## **C1 – Que formulários e documentos tenho de entregar?**

### **Documentos a enviar para o CNPRP**

**Prótese auditiva (para ouvir)**

**Prótese ocular (óculos, lentes, etc.)**

**Termas**

**Fisioterapia, ginástica e hidroginástica**

**Medicamentos e taxas moderadoras de exames**

**Transporte, refeições e alojamento**

### **Até quando se pode pedir?**

### **Documentos a enviar para o CNPRP**

**Prótese auditiva (para ouvir)**

Documento de reembolso de despesa (pode ser pedido ao CNPRP).

Dois orçamentos de casas diferentes.

Exames tonais e vocais.

Declaração médica a indicar que necessita de prótese auditiva.

**Se for autorizado:** Original do recibo, em nome do beneficiário.

### **Prótese ocular (óculos, lentes, etc.)**

Documento de reembolso de despesa (pode ser pedido ao CNPRP).

Receita médica.

**Se for autorizado:** Original do recibo, em nome do beneficiário.

### **Termas**

Documento de reembolso de despesa (pode ser pedido ao CNPRP).

Declaração médica a indicar o tipo e o número de tratamentos termas necessários.

Pedido do beneficiário a indicar as datas em que quer fazer o tratamento.

**Se for autorizado:** Original do recibo, em nome do beneficiário.

### **Fisioterapia, ginástica e hidroginástica**

Documento de reembolso de despesa (pode ser pedido ao CNPRP).

Declaração médica a justificar a necessidade do tratamento e o número de tratamentos necessários, visada por médico do CNPRP.

**Se for autorizado:** Original do recibo, em nome do beneficiário.

### **Medicamentos e taxas moderadoras de exames**

Documento de reembolso de despesa (pode ser pedido ao CNPRP).

Cópia da receita.

Originais dos recibos.

**Nota:** Cada medicamento só precisa de ser autorizado a primeira vez que é comprado.

**Nota 2:** Se o beneficiário estiver a receber uma pensão e tiver cartão de pensionista, pode levantar o medicamento na farmácia sem ter de o pagar.

### **Transporte, refeições e alojamento**

Documento de reembolso de despesas com deslocações para exames médicos de avaliação de incapacidades (Mod. GDP16-DGSS).

Originais dos recibos.

**Nota:** Os recibos têm de corresponder à data em que teve de se deslocar por motivos de doença profissional e conter os elementos formais exigidos por lei.

### **Até quando se pode pedir?**

No prazo de 1 ano a contar da data em que fez a despesa.

## **C2 – Quando me dão uma resposta**

Depende da prestação.

## **D – Como funciona esta prestação? D1 – Quanto e quando vou receber?**

### **Quanto se recebe de reembolso?**

#### **Cuidados de saúde**

#### **Próteses**

#### **Deslocações**

#### **Alojamento e alimentação**

### **Como se recebe?**

### **Quando se recebe?**

### **Quanto se recebe de reembolso?**

#### **Cuidados de saúde**

Recebe 100% do valor gasto com assistência médica, cirúrgica e de enfermagem, tratamentos em termas, medicamentos e produtos farmacêuticos.

#### **Se receber pensão e tiver 50% ou mais de incapacidade**

Não paga taxas moderadoras.

#### **Próteses**

Recebe 100% do valor gasto com próteses auditivas (para ouvir) e prótese oculares (lentes, etc.). Se comprar armações para óculos, recebe no máximo € 75.

#### **Deslocações**

Recebe o valor das despesas de deslocação para:

- receber cuidados de saúde;
- fazer exames de avaliação de incapacidade;
- utilizar serviços de recuperação e reabilitação profissional;
- frequentar acções no âmbito da reabilitação e reintegração profissional.

Normalmente, recebe o valor do bilhete de ida e volta em transportes públicos.

Se no lugar onde mora não houver transportes públicos, recebe pela distância de sua casa até à localidade mais próxima onde haja transportes públicos (€ 0,39 por quilómetro) mais o valor do bilhete de ida e volta em transportes públicos no percurso restante.

### **Alojamento e alimentação**

Recebe os gastos com alojamento e alimentação quanto, para usar os serviços indicados atrás, tiver de se deslocar para longe da sua casa, **até ao limite de:**

Recebe os gastos com alojamento e alimentação quanto, para usar os serviços indicados atrás, tiver de se deslocar para longe da sua casa, **até ao limite de € 46,86**

Assim, se a deslocação (valores para 2010):

- ocorrer entre as 13h00 e as 14h00 ou entre as 20h00 e 21h00, recebe € 11,72 (25% de € 46,86);
- abranger todo período que vai das 13h00 às 21h00, recebe € 23,43 ( 50% de € 46,86);
- ocorrer entre as 13h00 e as 14h00 ou entre as 20h00 e 21h00 e teve de ficar alojado, recebe € 35,15 (75% de € 46,86);
- abranger todo período que vai das 13h00 às 21h00 e teve de ficar alojado, recebe o máximo (€ 46,86);
- houver apenas alojamento, recebe € 23,43 (50% de € 46,86).

### **Como se recebe?**

Recebe por transferência bancária ou vale postal.

### **Quando se recebe?**

Se a despesa se dever a uma convocatória – recebe no mês seguinte.

Se a aprovação da despesa depender de um parecer médico – recebe em média no prazo de 2 meses.

## **D2 – Como posso receber?**

Transferência bancária (de preferência).

Vale postal.

## **D4 – Por que razões termina?**

Enquanto tiver uma *doença profissional*, tem direito a este apoio. Se os médicos do *CNPRP* considerarem que está curado, deixa de ter direito.



## **E – Outra Informação. E1 – Legislação Aplicável**

### **Lei n.º 98/2009, de 4 de Setembro**

Regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, incluindo a reabilitação e reintegração profissionais, nos termos do art.º 284.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro.

### **Decreto-Lei n.º 352/2007, de 23 Outubro**

Aprova a Tabela Nacional de Incapacidades por Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais.

### **Decreto Regulamentar n.º 76/2007, de 17 de Junho**

Aprova a lista das doenças profissionais e o respectivo índice codificado.

## **E2 – Glossário**

### ***CNPPR***

Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais; a entidade que reembolsa as despesas devidas à doença profissional.

### ***Doença profissional***

Doença incluída na Lista das Doenças Profissionais e que afecta um trabalhador que, devido à natureza da sua actividade, às condições de trabalho ou às técnicas usadas no seu trabalho habitual), tenha estado exposto aos factores de risco também indicados na lista.

Pode também ser considerada doença profissional uma lesão corporal, uma perturbação funcional ou uma doença que não esteja incluída na Lista, desde que se prove que é consequência necessária e directa da actividade exercida pelo trabalhador (e não resultado do desgaste normal do organismo).

Para um trabalhador ser reconhecido como um doente profissional, é preciso que a doença profissional seja certificada pelo Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais com base no parecer dos peritos médicos competentes.